|  |
| --- |
| **PROCESSO Nº 252/2023**  **PROPOSIÇÃO: Moção de Apoio nº 003/2023**  **AUTOR: Ver.ª Paula Ynajá Vieira Nunes**  **ASSUNTO: “Moção de Apoio a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) ao Manifesto Contra o Novo Ensino Médio pela imediata Revogação da Lei nº 13.415/2017.”**  **Justificativa: Oral e Escrita**  **O Novo Ensino Médio tem causado efeitos devastadores nas redes estaduais de ensino pelo país afora. A evasão escolar, por exemplo, é um desses graves problemas! Para reverter essa tragédia, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) reuniu os apoios de parlamentares de todo país e protocolou no dia 24 de abril, em ato público em frente ao MEC, manifesto para mostrar a força da classe política nesta pauta!**  **MANIFESTO DE PARLAMENTARES CONTRA O NOVO ENSINO MÉDIO - PELA IMEDIATA REVOGAÇÃO DA LEI Nº 13.415/2017**  **Desde a sua concepção, ainda como MP 746/2016, a Reforma do Ensino Médio é produto direto de um projeto de educação que nunca primou pelo diálogo com a comunidade educacional do país. Depois de transformada em Lei Federal (13.415/2017), toda a normativa infralegal que a sucedeu (Base Nacional Comum Curricular-BNCC e a política de formação profissional) também foram resultado de um processo autoritário e sem consulta junto aos principais atores da educação pública brasileira. Em todo o Brasil, a promessa de tornar a etapa mais atrativa aos/as estudantes não passou de engodo e decepção aos estudantes e profissionais da educação. O que se percebe, no chão da escola, é mais exclusão e restrição ao acesso do povo brasileiro a essa etapa de ensino. Os itinerários formativos, que na prática são inacessíveis na grande maioria das escolas, terminaram por diminuir drasticamente a oferta curricular e consolidaram o fosso educacional no Brasil,**  **com o objetivo de criar definitivamente uma escola para os ricos e outra para os pobres. É urgente que a atual gestão do Ministério da Educação ouça os clamores da comunidade educacional e revogue a Lei 13.415/2017, bem como a BNCC do Ensino Médio e as resoluções emanadas do Conselho Nacional de Educação (CNE/MEC) na área de formação. Nenhum remendo a esses normativos legais pode atender aos interesses maiores da educação brasileira, a não ser aqueles defendidos pelos setores privados e Fundações, que, esses sim, ganham e lucram muito com o modelo em vigor. O subterfúgio de dizer que não é possível revogar o Novo Ensino Médio por ele já estar sendo implementado não se sustenta diante da maioria expressiva dos/as estudantes que não usufruem da promessa por ele anunciada e nunca cumprida. O país tem propostas e alternativas! Por isso, viemos por meio desse Manifesto pedir a Revogação Imediata da Lei 13.415/2017 e todo o normativo que a sucedeu para dar-lhe sustentação.** |

|  |
| --- |
| **ANDAMENTO DO PROCESSO** |
|  |